



150
anos

ALFREDO DA SILVA O FUTURO COMO TRADIÇÃO

GLOBALIZAÇÃO EM PORTUGUÊS:
REVOLUÇÕES E CONTINUIDADES
AFRICANAS

18 de dezembro de 2020

Promotores:
Fundação Amélia de Mello
Prof. Doutor Jorge Braga de Macedo
Academia das Ciências de Lisboa



FUNDAÇÃO
AMÉLIA DE MELLO
desde 1964



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA



**ALFREDO
DA SILVA** O FUTURO
COMO TRADIÇÃO

150
anos

GLOBALIZAÇÃO EM PORTUGUÊS: REVOLUÇÕES E CONTINUIDADES AFRICANAS

Sobre a Conferência:

Nota de abertura Jorge Braga de Macedo (ACL, CG&G/ Nova SBE).

Depois da restauração de uma política externa própria em 1640, a resposta às invasões francesas provocou revoluções no Brasil, em Portugal e noutros países de língua portuguesa nos últimos dois séculos. Assim, é “preciso saber ter memória” para perceber a globalização em português, em termos das respetivas vagas. A pandemia em curso, cujos efeitos nas relações euroafricanas são avaliados na 3ª parte do simpósio, não interrompe um redobrado interesse por mapas e plantas na primeira globalização. Este fenómeno luso-espanhol torna-se essencialmente português no que toca a África, não só militarmente - como demonstram não só Ceuta e Alcácer-Quibir – mas também do ponto de vista económico, científico e cultural das navegações pelo mar oceano. As duas primeiras partes deste simpósio cobrem os últimos 150 anos, desde o entusiasmo geográfico que levaria à Conferência do Congo em Berlim acelerava a segunda, também a queda do muro na mesma cidade acelerou a terceira até à crise anglo-americana de 2008 e suas sequelas.

A importância de parcerias com instituições públicas e privadas, lusófonas e internacionais, para “saber continuar” aponta para o legado de uma instituição científica, criada quando Alfredo de Silva ainda estava no Liceu Francês, que abraçou a terceira globalização graças à lei orgânica de 2003. Depois de uma década ao serviço da CPLP, em articulação com ACL e CG&G, o IICT alçou-se até uma tutela derradeira aos 130 anos, visando associar “lusofilia” e “silofobia” na sequência da Declaração de Bissau sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e da Declaração de Lisboa sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento quando eclodia a grande crise financeira. Daí surgiria uma “Carta à Rainha Lusófona”, cristalizando a abordagem de “negócios, ciência e cultura para o desenvolvimento”, facilitando o financiamento pela FCT de programas de doutoramento interdisciplinares em gestão tropical e em conservação. Absorvido pela ULisboa em 2015, preservou investigadores e colecções científicas - à guarda do Museu ou acessíveis através do Arquivo Científico Tropical Digital - tendo as históricas passado para o Ministério da Cultura. O Simpósio lembra assim um legado que Nova SBE, Colégio Tropical e Centro Interuniversitário saberão continuar.



Angola: Revoluções e continuidades meio século depois por Manuel Alves da Rocha (ACL, CEIC/UCAN) e Justino Pinto de Andrade (UCAN).

Subitamente Angola passou da importação de produtos acabados industriais e exportação de café, diamantes, petróleo, ferro e algodão para Portugal e Estados Unidos para um “modelo de desenvolvimento socialista”. Mas o crescente envolvimento da União Soviética e de Cuba, em apoio à independência e contra as ingerências da África do Sul em conexão com os Estados Unidos, devastou a capacidade e dinâmica de crescimento quase até ao final da guerra civil, apenas recuperando os fundamentos da economia de mercado e das relações com as instituições financeiras e de comércio internacionais depois de 2002. A herança industrial portuguesa não foi aproveitada – a participação deste sector no PIB não consegue passar de 4% (17% antes da independência), com episódios de desindustrialização durante a guerra civil – e hoje o país debate-se com exportações no petróleo que representam 96% do total. As relações angolano-portugueses acabam por ter altos e baixos quase tão frequentes como os ciclos económicos.

Angola: Negócios e agendas de poder na Guerra Fria por Luísa Sousa (FCT/UNL), Álvaro Ferreira da Silva (Nova SBE) e Cláudia Castelo (UCoimbra).

O estudo de Angola realizado em 1969 pelo *Hudson Institute*, uma organização norte-americana vocacionada para o desenvolvimento de estudos prospectivos e análises conducentes a decisões de política pública, merece ser abordado na óptica tanto da história da ciência e tecnologia como da história empresarial até por se tratar da primeira tentativa de estudar o(s) futuro(s) em Portugal, quando nos Estados Unidos da América e em França proliferavam instituições destas. O grupo CUF solicitou este trabalho acerca da maior colónia portuguesa em África. A singularidade do estudo é ainda reforçada pelo facto de ter como cliente um grupo de um pequeno país periférico, fortemente contestado na cena internacional no final dos anos 60 devido à sua política colonial. Neste contexto propostas tecnocráticas de identificação e exploração de recursos naturais seriam sempre pensadas em torno das perspectivas de desenvolvimento político de Angola, das melhores políticas de desenvolvimento tendentes a impedir rupturas abruptas e da capacidade do Estado português em promover estas iniciativas.



Casa Gouveia e monetarização na Guiné por Maria Eugénia Mata (Nova SBE).

A Guiné teve a sua configuração estabelecida pelo Tratado de 12 de maio de 1886 entre Portugal e a França no contexto da conferência de Berlim. A autorização de operação de companhias estrangeiras atestam a necessidade de promoção da circulação monetária e o Banco Nacional Ultramarino abriu a primeira agência em 1903 em Bolama, então capital da Guiné, seguindo-se Bissau em 1917. A Casa Gouveia viria a operar na Guiné desde 1921, permitindo trocas comerciais com a CUF através de ligação marítima semanal a Lisboa e um sector agrícola de base tribal. A Zona Monetária do Escudo coincidiu com a guerra colonial e conduziu à nacionalização dos negócios privados e à adoção do peso como unidade monetária própria. Depois do “Arranjo Monetário” com Portugal (1990-92) veio a adesão à *Union Économique et Monétaire Ouest Africaine* e a ligação ao euro.

Cem anos de revoluções e continuidades em Moçambique por Luís Brites Pereira (Nova SBE).

Usando uma base de dados única que inclui índices detalhados de alterações institucionais em Moçambique durante mais de cem anos, examina-se a persistência e interdependência das instituições políticas e económicas, bem como os seus efeitos no progresso económico. Estimam-se relações de cointegração e interpreta-se a inércia nas instituições políticas e económicas como verificação da teoria do momento crítico e da hipótese da modernização, além de redes de associação do desenvolvimento económico com essas instituições. Trata-se de um processo determinado pela história e pelas condições iniciais, de maneira que várias instituições criadas no tempo colonial têm implicações que chegaram até ao presente. A contribuição longitudinal das instituições permite entender as dinâmicas complexas embutidas na política da economia nacional, com implicações mais do que académicas, dada a pressão nos dirigentes políticos para tomar medidas acertadas, tendo em conta a inércia institucional.



Saber Tropical legado pelo IICT por Conceição Casanova (FCT/NOVA), Maria M Romeiras (ACL, ISA/ULisboa), Ana Canas (AHU/DGLAB, FL/ULisboa) e Jorge Braga de Macedo.

O reconhecimento do contributo de Portugal para a primeira globalização generalizou-se graças não só a exposições em Washington, Bruxelas e Moscovo mas também a contributos do IICT congruentes com as comemorações do 150º aniversário do nascimento de Alfredo da Silva. Justifica-se pois revisitar a nossa apresentação no Museu da Cidade – Almada por ocasião da 2ª reunião de avaliação externa do doutoramento em conservação e restauro na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, intitulada “IICT’s Interdisciplinary Legacy: TropiKMan, CORES, AHU & JBT”, aumentando muito o âmbito da análise. Salienta-se que a ULisboa, ao incorporar a Universidade Técnica depois do IST ter incorporado o Instituto Tecnológico e Nuclear, tinha mais condições para receber o IICT do que a UNL, interessada na contiguidade do seu IHMT com o Palácio Burnay – que reverteu para MNE e ficou abandonado. Além disso, a própria identidade do IICT desde a criação da JICU em 1973 foi posta em causa com o argumento de que as coleções históricas não podiam pertencer a uma universidade, ainda que pública. Embora a colaboração do AHU com a Faculdade de Letras continue, a dispersão das coleções e arquivos prejudica o conhecimento mútuo na CPLP, numa altura em que se debatem os “museus coloniais” em toda a Europa. Por fim, enumeram-se cinco instituições relevantes para o saber tropical: Liga de Amigos do Jardim Botânico Tropical, associação privada criada em 2005, considerada de utilidade pública em 2019; Museu Nacional de História Natural e da Ciência; Arquivo Histórico Ultramarino; Centro Interuniversitário de História da Ciência e das Tecnologias e Academia das Ciências de Lisboa.

Relações euroafricanas em tempo de pandemia: painel moderado por Ana Ribeiro (CTROP/ULisboa) com Roberto Tibana (Consultor, Maputo); Pedro Vicente (NOVAFRICA/Nova SBE); Carlos Lopes (ACL, UCape); Maria M Romeiras; Manuel Alves da Rocha; Jorge Braga de Macedo.

Como o contágio à escala global tem impactos económicos que ultrapassam em muito os da crise financeira e da instabilidade geopolítica crescente que se tem observado, agravaram-se as perspectivas financeiras de segurança internacional e de bem-estar social para além da ameaça directa à saúde e à vida. Já parecia impossível atingir os ODS em 2030 sem melhorar a qualidade de políticas que decorriam dos ODM atingidos em 2015 – o que dificulta o diálogo euroafricano tido por prioritário nas duas uniões. Tal como a crise de 2008 feriu o prestígio dos economistas e dos banqueiros que os políticos julgavam ser engenheiros, o destes sofreu com os escândalos na indústria automóvel alemã. A questão agora é se os epidemiologistas europeus e africanos serão capazes de sair dos seus silos, servindo de exemplo para o desafio da globalização insegura.



**ALFREDO
DA SILVA** O FUTURO
COMO TRADIÇÃO

150
anos

PROGRAMA

9:00 Teaser do documentário Alfredo da Silva

Introdução

Vasco de Mello

Nota de abertura

Jorge Braga de Macedo (ACL, CG&G/ Nova SBE)

9:30

Justino Pinto de Andrade (UCAN): *Angola meio século depois: Revoluções e continuidades*
Comentário: Álvaro Ferreira da Silva (Nova SBE)

10:00

Luísa Sousa (FCT/NOVA): *Voando sobre o futuro de Angola: negócios e agendas de poder na Guerra Fria*
Comentário: Manuel Alves da Rocha (ACL, CEIC/UCAN)

10:30 Pausa-café

10:45

Maria Eugénia Mata (Nova SBE): *Casa Gouveia e monetarização da Guiné*
Comentário: Manuel Alves da Rocha

11:15

Luís Brites Pereira (Nova SBE): *Cem anos de revoluções e continuidades em Moçambique*
Comentários: Cátia Batista (NOVAFRICA/Nova SBE)

11:45 Debate

Carlos Lopes (ACL, UCape), Roberto Tibana (Consultor, Maputo) e todos os intervenientes da sessão

Modera Jorge Braga de Macedo

13:00 Almoço



**ALFREDO
DA SILVA** O FUTURO
COMO TRADIÇÃO

150
anos

14:00

Conceição Casanova (FCT/NOVA), Maria M Romeiras (ACL, ISA/ULisboa), Jorge Braga de Macedo: *Saber Tropical Legado*

Comentários: Maria Paula Diogo (FCT/NOVA); Ana Ribeiro (CTROP/ULisboa)

14:50 Debate

Todos os intervenientes

Moderadora Ana Ribeiro

Conclusão das comunicações por Jorge Braga de Macedo

15:25 Pausa-café

15:40 Painel sobre relações euroafricanas em tempo de pandemia

Roberto Tibana

Pedro Vicente (NOVAFRICA/Nova SBE)

Carlos Lopes

Maria M Romeiras

Manuel Alves da Rocha

Jorge Braga de Macedo

Moderadora Ana Ribeiro

17:30 Encerramento

Pedro Passos Coelho

Via ZOOM